

Legislação aplicável

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março,
republicado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de
4 de março.
Código Penal.

AVISO

Encerramento administrativo do estabelecimento de apoio social denominado Cruzada de Bem-Fazer da Paz

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, ordenou o encerramento administrativo imediato do estabelecimento de apoio social denominado Cruzada de Bem-Fazer da Paz, com as seguintes características:

- exerce a atividade de Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Centro de Convívio;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a direção e responsabilidade de Cruzada de Bem-Fazer da Paz;
- está instalado em Rua Elias Garcia, n.º 43, 4430-091 Santa Marinha - Vila Nova de Gaia.

artigos 35.º e 36.º do

*Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março*

*artigo 40.º, n.º 1, alínea b),
e n.º 3, do Decreto-Lei n.º
64/2007, de 14 de março*

Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento através da Deliberação n.º 67/2016, de 30 de junho de 2016, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

artigos 35.º e 36.º do

*Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março*

Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

artigo 348.º, alínea b), do

Código Penal

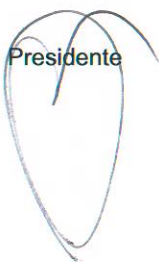
Este aviso deve estar afixado durante 30 dias

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Lisboa, 30 de junho de 2016

Rui Fiolhais

Presidente



*artigo 40.º, n.º 3, do
Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março
artigos 347.º e 357.º do
Código Penal*